

## AGRICULTURA FAMILIAR E IDENTIDADE CULTURAL: um estudo teórico

## FAMILY AGRICULTURE AND CULTURAL IDENTITY: a theoretical study

Ricardo Everton Lima<sup>1</sup>

Universidade Estadual do Maranhão

ricardo.everton@yahoo.com.br

### Resumo

O presente artigo tem por objetivo mostrar e evidenciar a influência que a prática da agricultura familiar exerce no processo de construção da identidade das pessoas que estão envolvidas na atividade. Para tal, buscamos, através de revisão de literatura, mostrar que a agricultura familiar – atividade que envolve produção, trabalho e família – no seu início, possuía um caráter mais voltado para a subsistência, com pequena produção e com o tempo foi incorporando novos significados. Como consequência desses novos significados, a identidade – elemento tido como dos mais complexos a estudar e chegar à uma afirmação concreta - dos agentes envolvidos na agricultura familiar foram colocadas em pé de transformações e/ou de ressignificações, visto que a identidade é algo em constante construção e leva muito em consideração a cultura – algo de muitas variações em todos os âmbitos – do meio em que estão inseridos.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Identidade; Cultura.

### Abstract

This article aims to highlight the influence that the practice of family agriculture has on the process of building the identity of the people involved in this activity. For this purpose, we seek through literature review to show that family agriculture – an activity that involves production, work and family – initially had a more subsistence oriented character, with small production and over time was incorporating new meanings. As a consequence of these new meanings, the identity – one of the most complex elements to be studied and reached to a concrete statement – of the agents involved in family agriculture were placed in the position of transformations and/or resignification, since identity is something in constant construction and takes great account of the culture – something of many variations in all contexts – of the environment in which they are inserted.

**Keywords:** Family agriculture; Identity; Culture.

### Introdução

Desde a constituição das comunidades primitivas, o ser humano apresentou a necessidade de dispor dos recursos naturais e, com o passar do tempo, essas necessidades foram se adequando ao modo de vida. Nesse contexto, os animais começaram a ser criados presos, iniciando as atividades pecuárias e alguns tipos vegetais começaram a ser cultivados em ciclos

---

<sup>1</sup> Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Especialista em Educação Ambiental pela FACEL; Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço pela Universidade Estadual do Maranhão (PPGEO/UEMA)

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LIMA, Ricardo Everton. Agricultura familiar e identidade cultural: um estudo teórico. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 13, pp. 31- 42, jan-abril de 2021.

Submissão em: 11/05/2020. Aceito em: 04/03/2021.

ISSN: 2316-8544

periódicos, constituindo as atividades agrícolas. Tais processos apontam para uma relação afetiva do ser humano com o território, visto que Flores (2006) defende o território como um espaço de relações sociais, onde há o sentimento de pertencimento associado ao espaço de ações coletivas, onde são criados laços de solidariedade entre os atores.

A partir do advento das atividades agrícolas, a mesma perpassa por evoluções constantes, verificadas ao longo dos anos. Entretanto, na grande maioria desses anos, sendo empregada técnicas mais arcaicas e rudimentares, como na revolução agrícola antiga onde instrumentos como a pá e enxada eram aplicadas e utilização de arado escarificador; durante a revolução agrícola da Idade Média, destacou-se a tração pesada através do arado charrua e da carreta e; na primeira revolução agrícola dos tempos modernos, entre os séculos XIV ao XIX, figura o uso das forrageiras (OLIVEIRA, 2014).

Contudo, o desenvolvimento intelectual humano aliado ao crescimento das práticas econômicas fizeram com que as atividades agrícolas sofressem um processo de modernização, ocorrido em meados do século XX. Segundo Oliveira (2014), essa modernização traz características de transformação do espaço rural com a implementação de maquinário, uso de insumos químicos, a transgenia, dentre outros. Com a inserção de tais elementos tecnológicos, o meio rural sofre uma (re)organização, devido às novidades não estarem à disposição de todos os produtores. Aqueles que configuravam as pequenas propriedades passaram por um processo de “marginalização”, no sentido de estarem às margens dos principais investimentos financeiros. Dessa forma, o espaço rural vai sendo ocupado pelas grandes propriedades que atuam na agricultura moderna, com presença de algumas pequenas propriedades, resistentes ao processo de êxodo rural e a expropriação por parte dos latifúndios, praticando a agricultura familiar.

A agricultura, de modo geral, é uma atividade complexa envolvendo, tanto na moderna quanto familiar, minimamente uma porcentagem da família. Esse envolvimento subsidia a construção de um vínculo com o espaço utilizado na realização das atividades, pois o espaço surge como uma realidade concreta que se realiza diariamente e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar (CASTILHO; ARENHARDT; LE BOURLEGAT, 2009). Assim, pode-se inferir que a contínua prática da atividade agrícola entre

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LIMA, Ricardo Everton. Agricultura familiar e identidade cultural: um estudo teórico. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 7, nº 13, pp. 31- 42, jan-abril de 2021.

Submissão em: 11/05/2020. Aceito em: 04/03/2021.

ISSN: 2316-8544

diferentes gerações familiares propicia um sentimento de pertencimento ao local e a construção de identidade voltada à mesma prática. Contudo, Flores (2006) nos traz que, mesmo a tradição cultural, não é estática ao tempo e nem se herda geneticamente, a sociedade incorpora parte de sua vivência local, porém recebe constantes influências externas. Podemos encorpar tal afirmação ao vermos a classificação de concepções de “identidade” proposta por Hall (2006) que têm: a identidade do sujeito do Iluminismo – um indivíduo mais centrado, sem muita flexibilização, a identidade era encarada como uma do nascimento até por quanto vida o indivíduo possuísse; a identidade do sujeito sociológico – o indivíduo já não se enxerga como auto-suficiente, vê que sua formação necessita do convívio com outras pessoas e ambientes; e a identidade do sujeito pós-moderno – o indivíduo não possuiria uma identidade e sim várias, adaptáveis de acordo com o que lhe fosse conveniente. A identidade do sujeito sociológico aproximou-se muito com o dito por Flores.

A agricultura familiar consiste no pensamento do produtor utilizar seus próprios meios de produção, trabalhar em seu próprio estabelecimento vinculando “família – produção – trabalho” (ABREU; FREITAS, 2012). Ploeg (2014 *apud* LIMA; SILVA; IWATA, 2019, p. 57) diz “agricultura familiar representa uma forma pela qual as pessoas cultivam e convivem”. Em linhas gerais, a agricultura familiar serviria para que o produtor suprisse suas necessidades primárias básicas, produção para o autoconsumo, com fortalecimento de vínculos sociais. Porém, as mesmas influências externas que atuam no auxílio da construção da identidade cultural, atuam na ampliação das atividades e fins da agricultura familiar. Para Buainain (2006 *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 176) a agricultura familiar possui um caráter diversificado, apresentando variadas características e fatores distintos, como: setor econômico, heranças culturais, formação histórica de grupos familiares, diferentes meios de acesso e disponibilidade de recursos naturais e humanos, mercados distintos no qual estão inseridos, etc., além de valores políticos. Assim, com essa variedade aplicada à agricultura familiar, chegamos ao caráter heterogêneo onde essa prática passou a obter e a influenciar o modo de como os agricultores a percebem, promovendo um (re)significado identitário nesses agentes.

Este trabalho surge a partir de um pré-projeto submetido a um edital de mestrado e, do ponto de vista metodológico, será construído a partir de análises realizadas do levantamento bibliográfico de obras que abordem os temas: agricultura familiar, identidade e cultura.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LIMA, Ricardo Everton. Agricultura familiar e identidade cultural: um estudo teórico. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 13, pp. 31- 42, jan-abril de 2021.

Submissão em: 11/05/2020. Aceito em: 04/03/2021.

ISSN: 2316-8544

Neste artigo, têm-se o objetivo principal de analisar a influência que a prática da agricultura familiar exerce na formação da identidade cultural dos indivíduos que a exercem. Para tal, iniciamos com uma abordagem sobre “agricultura familiar” de maneira ampla, seu processo de construção até a atual conjuntura; versando posteriormente sobre “identidade cultural”, tentando realizar uma explanação mais sociológica, culminando no foco do nosso artigo, a relação existente entre agricultura familiar e formação da identidade cultural dos agentes envolvidos.

## Agricultura Familiar no Brasil

As práticas agrícolas estão presentes no território brasileiro concomitante à colonização, ocorrendo desde o início de forma desigual, com constituições de latifúndios. Assim, os agricultores familiares sempre foram desprivilegiados pelas políticas públicas nacionais. Costa, Rimkus e Reydon (2008) nos dizem:

Desde a institucionalização da Lei de Terras, em 1850, as elites dirigentes do Brasil persuadiram a sociedade de que o caminho do campo só poderia ser um: o da grande fazenda com assalariados. Ao invés de estimular a constituição de um modelo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar, com respaldo teórico de grande parte da intelectualidade do país, a agricultura de base patronal foi eleita como vetor do desenvolvimento rural no Brasil (AQUINO *et al.*, 2003 apud COSTA; RIMKUS; REYDON, 2000, p. 6). Os agricultores familiares tradicionalmente foram excluídos e apenas começaram a entrar na pauta governamental a partir da reforma da Constituição em 1987, com a elaboração de uma proposta de Lei Agrícola pelos movimentos sindicais, que incluía uma política de crédito voltada para eles. A partir de meados da década de 90, as políticas públicas em prol da agricultura familiar surgiram no Brasil, em decorrência do contexto macroeconômico da reforma do Estado. Dois fatores principais motivaram o surgimento dessas políticas públicas: a crescente necessidade de intervenção estatal frente ao quadro crescente de exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais.

Desde o primeiro momento de sua administração em 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso deu prioridade à reforma agrária. Ele criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário, cuja missão é consolidar o conjunto da agricultura familiar de modo a promover o desenvolvimento local sustentável por meio da valorização humana e da negociação política com representantes da sociedade, respeitando os desejos e anseios das organizações sociais e praticando os princípios da descentralização, da democracia, da transparência e da parceria, com responsabilidade. Também em 1995, o governo FHC lançou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como uma linha de crédito de custeio diferenciada para financiar a agricultura familiar. Um ano depois, através do Decreto Presidencial N.º 1.946, de 28/06/1996, o PRONAF deixou de ser apenas uma linha de crédito para adquirir o status de programa governamental, assumindo uma maior abrangência e uma concepção diferente (RIMKUS; REYDON, 2008, p. 6 e 7).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LIMA, Ricardo Everton. Agricultura familiar e identidade cultural: um estudo teórico. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, n.º 13, pp. 31- 42, jan-abril de 2021.

Submissão em: 11/05/2020. Aceito em: 04/03/2021.

ISSN: 2316-8544

Segundo Lima, Silva e Iwata (2019, p. 64) o PRONAF foi criado com o objetivo de “estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não-agropecuários, desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas”. Já em 24 de julho de 2006 é sancionada a Lei N.º 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, que em seu Art. 3º nos diz:

Para os efeitos deste Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II- utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III- tenha percentual mínimo de renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, p. 1).

Trabalhando a agricultura familiar numericamente, o Censo Agropecuário do ano de 2017 divulgou os seguintes resultados: corresponde a cerca de 3,9 milhões dos estabelecimentos agropecuários do Brasil; dá ocupação à 67% dos trabalhadores do setor agropecuário do país, ou seja, 10,1 milhões de pessoas; gera 107 bilhões de reais, equivalendo à 23% do valor total da produção agropecuária brasileira; e ocupa 80,9 milhões de hectares do território nacional, que significa 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do Brasil (IBGE, 2017). Com todos esses dados, fica evidente a participação efetiva da agricultura familiar na composição do PIB brasileiro, podendo ser considerada sobre três vieses: enquanto mecanismo de controle dos valores internos dos alimentos consumidos no Brasil; quanto ao abastecimento do mercado interno; e, como forma relevante de ocupação da população na geração de emprego (LIMA; SILVA; IWATA, 2019). Entretanto, esses dados também corroboram com a realidade latifundiária do Brasil, quando pegamos a proporção da quantidade dos estabelecimentos agropecuários familiares com o total da área ocupada pelos mesmos.

## Identidade Cultural

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LIMA, Ricardo Everton. Agricultura familiar e identidade cultural: um estudo teórico. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 13, pp. 31- 42, jan-abril de 2021.

Submissão em: 11/05/2020. Aceito em: 04/03/2021.

ISSN: 2316-8544

O termo “identidade” é dos mais complexos já debatidos pelos pensadores das mais variadas áreas, pois envolve a construção dos tempos passado, presente e futuro. Aristóteles (1969, p. 275 *apud* SANTOS, 2011, p. 143) vem a defender a identidade como “uma unidade de ser ou unidade de multiplicidade de seres ou, enfim, unidade de um único, tratado como múltiplo, quando se diz, por exemplo, que uma coisa é idêntica a si mesmo”. Já Giorgis (1993, p. 5 *apud* SANTOS, 2011, p. 143) diz que, “uma identidade auto referencial e construída sobre os princípios de uma lógica abstrata não pode dar conta das mudanças e das diferenças socioculturais”. A partir dos fragmentos supracitados, pode-se constatar a amplitude do pensar “identidade”.

Contudo, como o tópico do artigo é dedicado à “identidade cultural”, adotar-se-á um pensamento na linha da Giorgis, pois a cultura não é um elemento terminado, é dinâmica e multifacetada. Nas palavras de Oliveira (2014, p. 183) “a cultura possui em seu cerne a ordem e a desordem” e Bauman (2012, p. 141 *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 184) a define como “a cultura humana é um sistema de significação e uma de suas funções universalmente admitidas é ordenar o ambiente humano e padronizar as relações entre os homens”. Dessa forma, não se poderia encarar a identidade como algo imutável, pois, ao longo da trajetória de vida, o indivíduo perpassa por variadas situações, condições, lugares e encontros, todos os casos em ambientes distintos e/ou com divergências ideológicas ou culturais, porém cada situação vivenciada por esse indivíduo será de valia para a construção identitária. Santos (2011) nos fala da *identidade aberta*, aquela construída, de certa maneira, pelas escolhas em partilhar ou não de algo por parte do indivíduo.

Oliveira (2001, p. 139 *apud* SANTOS, 2011, p. 144) diz que “a identidade cultural seria uma espécie de sentimento de pertencimento”, assim um indivíduo teria sua identidade imbuída a todas as características do meio ao qual foi criado, fato que não pode ser negado. Entretanto, em uma sociedade moderna, vários são os locais onde diferentes práticas e ritos culturais coexistem, alguns com caracteres totalmente opostos. Tal situação poderia ser fonte de crise de identidade? De acordo com Santos (2011), não. Pois, para ele, a identidade cultural se faz através das diferenças, das interações sociais, da dependência do ser humano em relação a outros seres. A identidade cultural “nasce e se desenvolve na relação com o outro. Só afirmamos

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LIMA, Ricardo Everton. Agricultura familiar e identidade cultural: um estudo teórico. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 13, pp. 31- 42, jan-abril de 2021.

Submissão em: 11/05/2020. Aceito em: 04/03/2021.

ISSN: 2316-8544

quem somos, a que grupos pertencemos, quando existe um não nós e um outro que não faz parte dos nossos” (SANTOS, 2011, p. 145). Dessa forma, infere-se que identidade e diferença caminhem juntas, uma vez que a diferença seria uma das condicionantes para a construção da identidade, esta última, por sua vez deveria ser encarada/analisaada com um processo contínuo, dinâmico.

Contudo, os momentos de crises, pelos quais passam o indivíduo, são muito bem aceitos para a construção/formação da identidade. Já que, em situações de instabilidade, a identidade humana pode ser posta à prova. Santos (2011) diz:

São nos momentos de crise, de instabilidade, de insegurança que as identidades culturais preferencialmente se manifestam e se afirmam. Nos momentos de calma e tranquilidade dificilmente há afirmação de identidades, elas só surgem em período de instabilidade e ameaça interna e externa ao modo de vida tradicional (SANTOS, 2011, p. 146).

No livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall (2006) diz:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

O mesmo Hall faz uma crítica àqueles que dão a identidade como pronta e imutável do nascer ao morrer. Para ele, o indivíduo que tem esse pensamento é um criador de uma estória sobre si mesmo, ou seja, ao longo da vida vive trajado de um personagem criado de acordo com conveniências.

## Agricultura Familiar e a formação da Identidade Cultural

As atividades realizadas pelos seres humanos junto à natureza sempre permearam a construção de um vínculo com o local, de acordo com Naves e Mendes (2014, p. 43) “a formação das identidades está relacionada com a vivência dos indivíduos que trabalham com a terra e que possuem crença, costumes e religiosidade”. Assim, a identidade de cada indivíduo tem origens junto às atividades e locais por ele conhecidos. Para Featherstone (1993, *apud* FLORES, 2006, p. 5), a cultura local se refere às relações sociais existentes em espaços

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LIMA, Ricardo Everton. Agricultura familiar e identidade cultural: um estudo teórico. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 7, nº 13, pp. 31- 42, jan-abril de 2021.

Submissão em: 11/05/2020. Aceito em: 04/03/2021.

ISSN: 2316-8544

delimitados e pequenos, onde se estabelecem formas específicas de representação com códigos comuns. Assim, a ideia de identidade dá-se da interligação entre os agentes sociais e a localidade vivenciada. Silva (2011) nos diz:

Nota-se, que a relação com a propriedade é um traço marcante na agricultura familiar, a noção de propriedade e o pertencimento ao território ou à comunidade é presente no cotidiano. Geralmente, é nessa mesma unidade produtiva que os antepassados dos produtores viveram e constituíram suas famílias, o que torna a propriedade carregada de um sentimento de pertencimento, posse e identificação (valores simbólicos). A possibilidade de trabalhar a terra, cultivar os produtos que preferir confere aos agricultores familiares uma sensação de autonomia e uma relação intrínseca com sua unidade produtiva (SILVA, 2011, p. 31).

Partindo do pressuposto de que a construção da identidade cultural do ser humano está vinculada às experiências vividas e ao território do qual faz parte, poderíamos inferir que parcela significativa da população brasileira estaria sob influência dos pensamentos das atividades agrícolas, dado o fato de o Brasil possuir grandes áreas agricultáveis, divididas em: agricultura moderna e agricultura familiar. Possuindo a agricultura moderna vieses voltados às elevadas lucratividades, às extensas áreas de produção, ao elevado emprego de novas tecnologias, à busca de robustos investimentos e financiamentos, entre outros itens. Já, em agricultura familiar, pensaríamos em produção em pequenas propriedades, com ausência de alta tecnologia, sem o aporte financeiro de instituições bancárias, praticando a policultura. Tudo isso para suprir as necessidades imediatas de seu grupo familiar.

Assim, a prática da agricultura familiar ganhou novos contornos, dado a gama de informações, conhecimentos e oportunidades que chegam aos agentes envolvidos nesse tipo de produção, tornando-a heterogênea nos fins desejados pelos produtores. Pode-se lembrar do sujeito pós-moderno, quebrador de paradigmas e desfragmentado, dada a variedade de sistemas culturais, os quais o ator adequa sua identidade, mesmo que temporariamente, satisfazendo suas necessidades mais imediatas (HALL, 2006). A proximidade existente entre o urbano e o rural é uma das condicionantes para a exposição da agricultura familiar a novos e distintos contextos. Para Oliveira (2014), o rural está sendo um prolongamento do espaço urbano, visto que, o meio rural não é mais ocupado somente por práticas agrícolas e pecuárias. Essas atividades agrícolas familiares já se incorporam às práticas econômicas, objetivando maior lucratividade.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LIMA, Ricardo Everton. Agricultura familiar e identidade cultural: um estudo teórico. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 13, pp. 31- 42, jan-abril de 2021.

Submissão em: 11/05/2020. Aceito em: 04/03/2021.

ISSN: 2316-8544

A atividade agrícola familiar passa a não possuir uma característica de homogeneidade. A variedade de objetivos desse tipo produtivo, dá-se até mesmo no tamanho das propriedades, pois através das medidas dos terrenos agricultáveis, poderemos ter indicadores da(s) finalidade(s) almejada(s) pelos agricultores. Delgado e Bergamasco (2017) defendem a agricultura familiar como:

[...] um novo sentido analítico e político, pois a agricultura familiar passa a ser entendida como uma categoria social diversa e heterogênea pelos estudiosos e cientistas e vista pelos gestores governamentais e os atores e organizações sociais pelo seu papel estratégico no processo de desenvolvimento social e econômico (DELGADO; BERGAMASCO, 2017, p. 85).

Nesse contexto, a agricultura familiar deixa de possuir somente a característica do campesinato para compor a dialética dos organismos internacionais, como movimentos sociais, sindicatos e cooperativas, partidos políticos, programas e políticas públicas (DELGADO; BERGAMASCO, 2017). Para todas essas novas esferas que a agricultura familiar passa a integrar, o seu agente de produção necessita, obrigatoriamente, adequar-se. Em muitos momentos mediante a incertezas, dúvidas e questionamentos. Contudo, devido a flexibilidade a que a identidade humana se permite perante novas e/ou desconhecidas realidades, os paradigmas são quebrados e os mesmos agentes de produção dão conta de suprir as recentes demandas da agricultura familiar contemporânea.

Um dos vieses adquiridos pela agricultura familiar, é a formação de cooperativas e Pires *et al* (2009 *apud* PIRES, 2010, p. 4) relata que “a relação entre cooperativismo e agricultura familiar vem permitindo barganhar melhores preços dos produtos ofertados, diversificar a produção, obter melhores condições de crédito e de eliminar os intermediários”, assim, o pensamento micro da produção, exclusiva para a subsistência, cede espaço para um pensamento de mercado, objetivando lucratividade. Fato corroborado por Bialoskorski Neto (2000 *apud* PIRES, 2010) quando traz:

Por essas razões admite-se que a missão das cooperativas agrícolas seja a de servir como uma estrutura intermediária entre as economias dos cooperados e o mercado, permitindo a integração do produtor na dinâmica produtiva, barateando custos de produção e comercialização e incrementando os seus negócios (BIALOSKORSKI NETO, 2000 *apud* PIRES, 2010, p. 4 e 5).

Quando nos deparamos com a formação de cooperativas por parte dos agricultores familiares, constatamos que esses agentes estão abandonando a singularidade da produção de

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LIMA, Ricardo Everton. Agricultura familiar e identidade cultural: um estudo teórico. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 13, pp. 31- 42, jan-abril de 2021.

Submissão em: 11/05/2020. Aceito em: 04/03/2021.

ISSN: 2316-8544

subsistência para unir-se a um grupo. Dessa forma, assumem, mesmo que por convenção cultural, uma identidade modificada. Apesar do objetivo continuar o mesmo, espera-se que o sustento familiar, a forma e a quantidade do retorno recebido pela troca do trabalho, seja diferente.

Com a variedade conceitual, a qual passou a abranger a agricultura familiar, o pensamento do sujeito pós-moderno de Hall (2006) tem muita relevância, pois o indivíduo tem que apresentar comportamentos para diversas situações atuais e permitir que seu “eu” esteja preparado para mudanças repentinas às quais a lógica de mercado solicite, o que ele batiza de “celebração móvel da identidade”. O sujeito do Iluminismo, com uma identidade intacta e não se permitindo à construções e/ou adaptações, com certeza, não teria espaço neste mundo que prega busca por mudança e inovações. E talvez o sujeito sociológico conseguisse ou não possuir seu espaço, pois apesar do mesmo pregar uma identidade construída a partir da interação com o ambiente externo, poderiam ocorrer situações em que o indivíduo não concordasse e tornar-se-ia duro, semelhante ao sujeito anterior. Assim, o sujeito pós-moderno ganha destaque, já que possuiria comportamentos identitários variados, portando-se em toda e qualquer situação em que fosse anexado.

## Considerações Finais

Este trabalho fez uma análise de como a identidade dos agentes da agricultura familiar se porta frente às modificações as quais a atividade agrícola está passando. Assim, pudemos constatar que o ator principal desse cenário tem sua forma de agir, pensar e ser, transformados por escolhas pessoais ou por condições culturais.

A agricultura familiar, praticada desde o período colonial no Brasil é muito importante, principalmente para o abastecimento interno no país, somente nos últimos anos adquiriu papel de destaque no cenário econômico brasileiro. Porém, esta atividade que tem suas origens no campesinato perpassa por uma transformação, na medida em que os produtores abandonam a ideia da produção para simples subsistência e adotam um pensamento de mercado, voltado à aquisição de capital.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LIMA, Ricardo Everton. Agricultura familiar e identidade cultural: um estudo teórico. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, n° 13, pp. 31- 42, jan-abril de 2021.

Submissão em: 11/05/2020. Aceito em: 04/03/2021.

ISSN: 2316-8544

Assim, podemos constatar que a identidade cultural deve ser encarada como algo em constante formação/transformação, visto que, ao longo da vida, o ser humano é colocado em situações e locais diversos e seu comportamento será margeado a partir das necessidades impostas em cada situação.

Em síntese, evidenciamos o termo “dinamicidade” em todos os principais elementos abordados ao longo deste artigo, tais como: dinamicidade na agricultura familiar, dinamicidade na construção da identidade humana, dinamicidade cultural, dinamicidade no comportamento dos indivíduos que praticam a atividade agrícola familiar. Este último, talvez, o de maior impacto, pois temos o ser humano se reconstruindo após construções, é o agir do homem se desmistificando e agregando, continuamente, valores e conceitos.

## Referências

ABREU, F; FREITAS, A. Agricultura familiar no município de Pinheiro – MA: reflexões sobre os impactos ecológicos e o desenvolvimento local. **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia – MG, 15 à 19 de Outubro de 2012.

BRASIL. Lei N.º 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Seção 1. 2006. Pág. 1.

CASTILHO, M; ARENHARDT, M; LE BOURLEGAT, C. **Cultura e identidade**: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 10, n. 2, jul/dez. 2009, p. 159 – 169.

COSTA, J; RIMKUS, L; REIDON, B. **Agricultura Familiar, Tentativas e estratégias para assegurar um mercado e uma renda**. Campinas, SP: Unicamp, 2008.

DELGADO, G; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

FLORES, M. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte. **Territórios con identidad cultural**. Contribuição para o Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade – RIMISP, mar. 2016. Disponível em: <[https://static.fecam.net.br/uploads/28/arquivos/4069\\_FLORES\\_M\\_Identidade\\_Territorial\\_como\\_Base\\_as\\_Estrategias\\_Desenvolvimento.pdf](https://static.fecam.net.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Desenvolvimento.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2020.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. 2017. Disponível em:

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LIMA, Ricardo Everton. Agricultura familiar e identidade cultural: um estudo teórico. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 13, pp. 31- 42, jan-abril de 2021.

Submissão em: 11/05/2020. Aceito em: 04/03/2021.

ISSN: 2316-8544



<[https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/pdf/agricultura\\_familiar.pdf](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf)>. Acesso em 27 abr. 2020.

LIMA, A; SILVA, E; IWATA, B. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Retratos de Assentamentos**. V. 22, n. 01. 2019.

NAVES, L; MENDES, E. Os aspectos formadores da identidade dos agricultores familiares: a comunidade rural Olho d'água no município de Catalão (GO). **Espaço em Revista**. V. 16, n. 02. Set/Dez. 2014.

OLIVEIRA, E. Agricultura familiar e sua identidade cultural no espaço rural. **Revista Ciências Humanas** – Universidade de Taubaté (UNITAU) – Brasil – vol. 7 – n. 2. 2014.

PIRES, M. O cooperativismo agrícola como uma forma de neutralizar as desvantagens competitivas da agricultura familiar: em análise a Coopercaju. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de Setembro de 2010.

SANTOS, L. As identidades culturais: proposições conceituais e teóricas. **Revista Rascunhos Culturais**. Coxim – MS. V. 2, N.º 4. 2011.

SILVA, J. **Agricultura Familiar e territorialidade**: as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão (GO). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Goiás. Catalão (GO). 2011.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LIMA, Ricardo Everton. Agricultura familiar e identidade cultural: um estudo teórico. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 13, pp. 31- 42, jan-abril de 2021.

Submissão em: 11/05/2020. Aceito em: 04/03/2021.

ISSN: 2316-8544